

Quem ganhou e quem perdeu no Congresso

LUIZ CARLOS LISBOA

A rejeição do Decreto nº 2.024 pelo Congresso, se por um lado reforça a antiga idéia da singularidade brasileira no mundo, por outro revela uma vez mais a dificuldade do meio político nacional para conciliar a eficácia e o equilíbrio emocional. A naturalidade com que o governo recebeu o resultado desfavorável deve ser atribuída antes ao conhecimento prévio de sua inevitabilidade, do que à aceitação democrática do mecanismo constitucional. Quanto a isso, não é recomendável nenhuma ilusão: oposição e governo são os mesmos de sempre no Brasil, apesar das aparências. As imagens da vitória oposicionista — as mãos dadas, os sorrisos beatíficos, alguns punhos cerrados ao fundo — revelaram nos vitoriosos a mesma desordem, o mesmo individualismo descontrolado que o partido oficial revelou no encaminhamento da votação, com seus silêncios e alardes sucessivos, retradas de plenário, ameaças veladas e tentativas de impugnar o resultado através de interpretações do regimento.

Da refrega, a oposição saiu certa de que doravante é ela quem decide no Congresso, ainda que seja preciso "incendiar a casa" ou pressionar sua Mesa Diretora, enquanto o governo conclui (intimamente) que políticos não são confiáveis, que abertura e crise econômica são incompatíveis, ou então (publicamente) que uma batalha foi perdida mas a guerra pode ainda ser ganha. Os resultados do combate são evidentes, mas as conclusões provavelmente tiradas pelos litigantes são sem dúvida enganosas. A oposição não deve estar tão segura de que está caminhando para a frente: afinal, pode ser apenas o cenário que está andando para trás. Depois, parece chegada a hora de descobrir que seus redutos radicais prejudicam muito mais do que ajudam, em termos de imagem popular, e é nos momentos de crise e luta que esse mal é mais visível. O rifti provocado em torno da gravação do programa do PMDB para a televisão é sintomático. A "turma da bomba", hoje portadora de novo discurso, mas imbuída do mesmo antigo espírito, é soda cáustica pura no assoalho partidário, afugentando para longe o homem comum, o eleitor médio brasileiro, tão avesso à oligofrenia conservadora quanto à paranóia ideológica.

Os meninos grandes que trocam desaforos e se engalfinham nos plenários da Câmara federal e das Assembleias estaduais revelam seu despreparo depois de um grande jejum político que fez mal às instituições brasileiras. O que mais se lamenta dos anos de arbítrio foi o que se deixou de crescer, não o que se regrediu, porque as coisas nunca foram muito melhores. A tarde histórica da rejeição do Decreto nº 2024 não vai ficar registrada como uma vitória das oposições brasileiras — e a perspectiva justa só será possível com o arrefecimento do dualismo maniqueu dominante —, mas como um instante que retrata bem nossos balbucios em matéria de democracia. Houve paixão e pretensão, de um lado, incompetência e falsa esportividade, de outro. No fim, ficamos onde estávamos e estamos prontos para recomençar tudo. O alvoroço inconsequente de uns compõe um conjunto nada harmonioso, mas característico, com a incapacidade de

dialogar de outros, e esse mosaico é a nossa crise política, irmã gêmea da nossa doença econômico-financeira. Não é preciso ir aos anais do Congresso para testemunhar o fenômeno; basta ler os jornais do dia, e o sentido disso tudo saltará aos olhos. Tivemos o nosso crescimento interrompido pela medicação drástica dos atos institucionais, e eis que fomos vítimas de uma reinfestação, porque nunca debelamos o germe que determinou o tratamento. Para não morrer da cura, voltamos à vida normal, e agora estamos estranhando os antigos sintomas que a medicação fortíssima estava mascarando.

A conversão de Ruy Barbosa ao parlamentarismo, apontada na campanha eleitoral de 1919 por Moniz Sodré, teria tido como causa a desilusão do jurista com o comportamento político brasileiro em momentos de crise. "Só onde os povos se costumaram a tomar contas aos seus administradores — diz Ruy — e estes a dar-lhas, é que os homens públicos apreciam as vantagens dos regimes de responsabilidade." Já na época se discutia se o que teria vindo primeiro era a galinha ou o ovo. Um regime de responsabilidade — e a palavra põe calafrios na espinha de alguns e culpa na alma de outros — é conquistado com a prática da liberdade, ou é o contrário? O fato é que marcamos passo, e agora é preciso continuar do ponto em que estagnamos. A derrubada do Decreto nº 2024 não modifica muita coisa e pode até vacinar o governo contra o Congresso, tão desnaturadas estão nossas reações e tão acentuada está nossa incapacidade de aprender lições. A oposição e o governo precisam aprender a parlamentar, e de seus encontros tirar resultados para o País — não vitórias de Pirro ou decisões amuadas de se fecharem em suas conchas. Afinal, se as instituições ainda estão na puberdade, os homens que as compõem, principalmente os líderes, têm idade cronológica muito acima da média brasileira.

O jogo sucessório podia ser saudado como um sinal dos nossos tempos políticos e um passo à frente no caminho democrático, mas isso seria no momento uma brincadeira de mau gosto. Em meio à crise que atravessamos, a idéia fixa do governo com a sucessão é um capricho, se não for uma desculpa. Deixar de lado a política salarial para discutir nomes, de duas uma: ou é sangue-frio ou incapacidade de avaliar. Que se pense no homem que vai governar o País por mais seis anos, mas que esse pensamento não seja obsessivo e não tire aos demais problemas — cruciais e urgentíssimos — a prioridade que merecem. A ocupação com esse brinquedo distraiu o Executivo de outras tarefas e até da possibilidade certa de derrota no Congresso, que agora foi contabilizado pela oposição. O noticiário detalhado dos bons jornais nunca é ocioso: ali estão as grandes perspectivas do meandro político brasileiro, nossa vida e nosso futuro. Se esse universo não tem o estofo que desejamos, nem por isso vamos deixar de examiná-lo. Lições de comportamento humano, relações de poder e a vulnerabilidade das idéias estão nas entrelinhas do noticiário, como lições que podem ser colhidas pelos que guardam esperanças, pelos que acreditam na regeneração. Ainda que seja para legar alguma coisa aos que estão chegando, e nada sabem dos rigores que têm pela frente.